

## Evidências científicas na educação pública: o que são e por que importam?

*Material elaborado a partir da apresentação realizada para roda de conversa do Projeto Soluções Inovadoras na Educação Estadual.*

### O QUE SÃO EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS?

Evidências científicas são **análises sistematizadas**, geradas a partir de métodos rigorosos e reprodutíveis, que buscam fundamentar decisões de forma transparente e robusta. Elas não são apenas dados brutos e tampouco garantem, por si só, transformações nas políticas públicas. As evidências, portanto, são construções interpretativas que resultam da análise de dados e informações com o objetivo de apoiar decisões de atores governamentais e civis. Ou seja, vão além da simples produção de conhecimento.

### AS EVIDÊNCIAS SÃO NEUTRAS?

Não, **toda evidência é produzida e interpretada em contextos específicos** — com influências políticas, institucionais, normativas e epistemológicas. Isso significa que não existe “a evidência”, mas sim evidências possíveis, sempre orientadas por interesses, visões de mundo e disputas de poder.

### COMO USAR EVIDÊNCIAS?

As evidências devem ser usadas crítica e estrategicamente para subsidiar políticas educacionais mais justas, eficazes e democráticas, de forma a **qualificar o debate público, sem substituí-lo**.

### O USO DE EVIDÊNCIAS EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO

- Evidências como o produto de um processo o qual dados são selecionados e transformados em informação com o objetivo potencializar a tomada de decisão.
- Não se trata, portanto, apenas de produzir conhecimento, mas de garantir que o conhecimento produzido influencie positivamente a qualidade das políticas implementadas pelo governo.
- Traduzir informações pouco legíveis para gestores, levando-lhes exemplos de boas práticas nacionais e internacionais e como aplicá-las na realidade daquela rede.

### EVIDÊNCIAS PARA MELHORAR A EDUCAÇÃO PÚBLICA

O uso qualificado de evidências científicas pode fortalecer o debate público e ampliar a efetividade de políticas educacionais. No entanto, isso exige:

- Reconhecimento dos limites dos métodos e das interpretações;
- Diálogo entre pesquisadores, gestores e sociedade civil;
- Consideração do contexto político e institucional em que as decisões ocorrem.